

Brasil só abre mercado com acordo da dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — O Governo brasileiro acaba de informar aos Estados Unidos que só poderá manter a sua política de liberalização e abertura de mercado caso venha a contar com um apoio decisivo dos países ricos em seu esforço de obter uma renegociação favorável da dívida externa.

As vésperas da reunião de diretoria do Fundo Monetário Internacional (FMI), que na próxi-

ma quarta-feira vai decidir sobre um empréstimo **stand-by** de cerca de US\$ 2 bilhões ao país, as autoridades nacionais vêm intensificando um trabalho de **lobby** para evitar a prolongação do estágio de incertezas no setor externo.

“A continuidade das amplas políticas de liberalização do Brasil vai depender da estabilização da economia. E, para tanto, o Governo dá extrema importância à implementação do acordo **stand-by** com o FMI, que deverá ser aprovado na próxima sema-

na. Em segundo lugar, a abertura da economia vai depender num alívio duradouro do peso da dívida. Do contrário, as pressões sobre a balança de pagamentos poderão frustrar posteriores liberalizações comerciais” — diz um trecho de um longo documento entregue à Comissão de Comércio Internacional (ITC), dos Estados Unidos.

A posição do Governo foi encaminhada pela da Embaixada do Brasil em Washington, que destacou um diplomata especializado no setor econômico, o mi-

nistro Sergio Amaral, para entregar o documento e fazer uma exposição oral a respeito. Ele disse aos americanos que a liberalização do comércio no Brasil dependia, ainda, de um terceiro fator: a existência de um meio-ambiente favorável.

— As perspectivas nesse sentido infelizmente não são encorajadoras. A economia mundial em 1992 pode cair ainda mais, em vez de crescer. E, o que é mais importante, o protecionismo do mundo industrial parece não es-

tar recuando. Pelo contrário. Uma recente pesquisa do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) mostra que durante a negociação da Rodada do Uruguai, enquanto um número significativo de países em desenvolvimento (como o Brasil) implementaram ousados programas de liberalização comercial, o protecionismo aumentou nos países do Grupo dos Sete (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Canadá) — disse Sergio Amaral ao ITC.

O documento brasileiro reafir-

mava que o Governo está comprometido a perseguir a estabilização de sua economia, a alcançar um acordo mutuamente satisfatório com os bancos credores, e a manter — e possivelmente expandir — a liberalização da economia”. Mas, ao mesmo tempo, alertava que esse último objetivo depende muito “da determinação de nossos parceiros no mundo industrial, incluindo os Estados Unidos”, de removerem as barreiras de acesso de produtos brasileiros a seus mercados.